

▶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, DCNT, Saúde Mental

▶ MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

2016

RELATÓRIO TÉCNICO

69

Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no SUS

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	69		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no SUS		
Objeto do TC:	Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde fortalecida para colaborar com a consolidação do SUS nos temas de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.		
Número do processo:	25000.181683/2011-89		
Data de início:	30/12/2011		
Data de término:	29/12/2021		
Número do SIAFI no TC:	25000.173753/2011-25		
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	6.897.226,00
TA:	2	recurso	9.762.000,00
TA:	3	recurso	9.220.000,00
TA:	4	prorrogação	0,00
Valor total no TC: R\$			25.879.226,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica responsável:	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador		
Responsável:	Daniela Buosi Rohlfs		
Endereço:	SCS-Quadra 4, Conjunto A, Edifício Pincipal – 6 andar		
Telefone:	(61) 3213-8081		
E-mail:	daniela.buosi@saude.gov.br		
ÁREA TÉCNICA RELACIONADA NA CONTRAPARTE			
Identificação do TA:	1 a 4		
Área técnica relacionada:	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador		
Responsável:	Daniela Buosi Rohlfs		
E-mail:	daniela.buosi@saude.gov.br		
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica responsável:	Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, DCNT, Saúde Mental		
Responsável:	Enrique Vazquez a.i.		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19		
Telefone:	3251-9595		
E-mail:	oliveirmar2@paho.org evangelistaf@paho.org		
ÁREA TÉCNICA RELACIONADA NA OPAS/OMS			
Identificação do TA:	1 a 4		
Área técnica relacionada:	Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, DCNT, Saúde Mental		
Responsável:	Mara Lúcia Oliveira Carneiro e Fábio Sidonio de Barros Evangelista		
E-mail:	oliveirmar2@paho.org evangelistaf@paho.org		

2. MATRIZ LÓGICA

2.1 MATRIZ LÓGICA EM VIGÊNCIA

FINALIDADE DO PROJETO/TC		Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde fortalecido para colaborar com a consolidação do SUS.				
PROPÓSITO DO PROJETO/TC		Sistema Nacional de Vigilância em Saúde aperfeiçoado com o objetivo de eliminar e minimizar riscos, prevenir doenças e agravos, intervindo nos determinantes do processo saúde-doença decorrentes dos modelos de desenvolvimento, dos processos produtivos e da exposição ambiental, visando à promoção da saúde da população.				
Nº	RESULTADO ESPERADO	ATIVIDADE(S)	INDICADOR(ES)	META(S)	FUNTE(S) DE VERIFICAÇÃO	EXTERNALIDADE(S)
1	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvisa) e análise de situação em saúde ambiental fortalecidas.	<p>A1.1 Elaborar Protocolo clínico para populações expostas às substâncias químicas prioritárias.</p> <p>A1.2 Elaborar material técnico para suporte das ações de Vigilância em Saúde Ambiental.</p> <p>A1.3 Realizar avaliação do impacto financeiro e de gestão da implantação de protocolos de vigilância e atenção à saúde de populações expostas a contaminantes químicos no SUS.</p> <p>A1.4 Revisar e atualizar os instrumentos de vigilância em saúde ambiental.</p> <p>A1.5 Definir as estratégias de implantação do Plano de Segurança da Água.</p> <p>A1.6 Elaborar, implantar e acompanhar o Plano Nacional de Emergência em Saúde Pública (desastres, eventos de massa, mudanças climáticas).</p> <p>A1.7 Implantar o Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental relacionado a desastres de origem natural e antrópica.</p> <p>A1.8 Fortalecer os processos de desenvolvimento e aplicação de metodologias de análise de situação de saúde ambiental.</p> <p>A1.9 Desenvolver indicadores de saúde ambiental no âmbito da RIPSAs.</p> <p>A1.10 Apoiar ações visando à reorganização técnico-administrativa do DSAST.</p> <p>A1.11 Apoiar a Gestão do TC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº notificações de intoxicações exógenas no Sinan (base anual). • Nº áreas com populações expostas a contaminantes químicos (base anual). • Percentual de municípios com informação do Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano (Sisagua). • Percentual dos estados com comitês estaduais de saúde em sistemas de desastres instituídos ou tema Saúde em desastres inserido em Comitê Estadual de Saúde já existente (base anual). • Percentual de municípios com aplicação do Instrumento de identificação de municípios de risco à poluição atmosférica – IIMR. • Nº de estudos de situação em saúde ambiental publicados (base anual). 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sinan. • Sissolo. • Sisagua. • Inventário Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. • IIMR – FormSUS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano. • Identificação de situações de risco de exposição humana à poluição atmosférica. • Ampliação da notificação de intoxicações por agrotóxicos para melhoria da análise de dados. • Implementação do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental dos riscos associados aos desastres – Vigi-desastres, no Sistema Único de Saúde.
2	Política Nacional de Saúde do trabalhador e análise de Situação de Saúde do trabalhador fortalecida.	<p>A2.1 Elaborar instrumentos para acompanhamento/monitoramento do processo de gestão da Renast nas esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>A2.2 Elaborar e avaliar a implantação de protocolos dos agravos relacionados ao trabalho.</p> <p>A2.3 Elaborar material técnico para suporte das ações de saúde do trabalhador.</p> <p>A2.4 Fortalecer a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.</p> <p>A2.5 Fortalecer os processos de desenvolvimento e aplicação de metodologias de análise de situação de saúde do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº Cerests desenvolvendo ações programadas de Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT. • Percentual de municípios com população acima de 50 mil habitantes com instância de coordenação de saúde do trabalhador estabelecida (base anual). • Nº de estudos de situação em saúde do trabalhador publicados (base anual). • Nº de notificações compulsórias dos agravos relacionados ao trabalho (base anual). 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário de acompanhamento da Renast no FormSUS. • Sinan. • Relatórios e informes do DSAST. • Relatório anual de implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento técnico da VISAT divulgado e trabalhado junto à Renast. • Política Nacional de Saúde do Trabalhador formalizada e manual de gestão da Renast publicado. • Continuidade e aperfeiçoamento da articulação com a CIST/CNS. • Formalização da Política Nacional de Saúde do trabalhador.

FINALIDADE DO PROJETO/TC		Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde fortalecido para colaborar com a consolidação do SUS.				
PROPÓSITO DO PROJETO/TC		Sistema Nacional de Vigilância em Saúde aperfeiçoado com o objetivo de eliminar e minimizar riscos, prevenir doenças e agravos, intervindo nos determinantes do processo saúde-doença decorrentes dos modelos de desenvolvimento, dos processos produtivos e da exposição ambiental, visando à promoção da saúde da população.				
Nº	RESULTADO ESPERADO	ATIVIDADE(S)	INDICADOR(ES)	META(S)	FONTE(S) DE VERIFICAÇÃO	EXTERNALIDADE(S)
3	Gestão do conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST) desenvolvidas.	<p>A3.1 Elaboração de materiais educativos para a vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador.</p> <p>A3.2 Fomentar a formação e qualificação de recursos humanos em vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador.</p> <p>A3.3 Apoiar os processos de desenvolvimento e aplicação de metodologias para "Avaliação de Impacto em Saúde – AIS no SUS".</p> <p>A3.4 Apoiar os processos de desenvolvimento e aplicação de metodologias de comunicação de risco em saúde ambiental e saúde do trabalhador.</p> <p>A3.5 Apoiar o desenvolvimento de atividades em redes colaborativas de saúde ambiental e saúde do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). Nº de eventos técnico-científicos realizados (base anual). Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual). 	<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica. 	<ul style="list-style-type: none"> Inventário do DSAST. Relatórios. Publicações. Relatório sobre a estratégia de gestão do conhecimento e informação para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com instituição de ensino. Disponibilidade de recurso humano capacitado nos Estados e Municípios.
4	Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador fortalecida.	<p>A4.1 Apoiar o desenvolvimento de atividades da cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de atividades de cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). Nº de publicações para cooperação Sul-Sul publicadas (base anual). 	<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios e informes do DSAST. Publicações. Relatórios sobre cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> A cooperação Sul-Sul em saúde ambiental abordará dentre outros temas a Saúde Ambiental Infantil, Avaliação de Impacto na Saúde, as atividades desenvolvidas no âmbito da OTCA e Mercosul.

3. 1º SEMESTRE 2016

3.1 INTRODUÇÃO

O Decreto nº 6.860, de 27 de maio de 2009, oficializou a estrutura regimental do Ministério da Saúde, consolidando o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

A Portaria MS nº 1.378 de 09 de julho de 2013, regulamentou as responsabilidades e definiu as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária). A Vigilância em Saúde constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

Conforme disposto pelo Art. 45 do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, compete ao Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador:

- I. Gerir o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, incluindo ambiente de trabalho.
- II. Coordenar a implementação da política e o acompanhamento das ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.
- III. Propor e desenvolver metodologias e instrumentos de análise e comunicação de risco em vigilância ambiental.
- IV. Planejar, coordenar e avaliar o processo de acompanhamento e supervisão das ações de vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; e.
- V. Gerenciar o Sistema de Informação da Vigilância Ambiental em Saúde.

Em consonância com os objetivos da VSA e considerando a implementação do DSAST, a CGVAM conta com as seguintes áreas técnicas: Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua), Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes Químicos (Vigipeq), Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos decorrentes de Desastres (Vigidesastres), conta ainda com a área de Análise de Situação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (Asisast), que perpassa as atividades do Departamento. Dentre os desafios e compromissos assumidos para a área de Vigilância em Saúde Ambiental, desataca-se a sua estruturação nos níveis de gestão do SUS, a descentralização das ações para os estados e municípios, o fortalecimento da rede de resposta às emergências de saúde pública associadas aos desastres, acesso às informações ambientais com ênfase em dados climáticos e de poluição da água, ar e solo, para análise de situação de saúde, discussão intersetorial de impacto na saúde decorrente de grandes empreendimentos e a estruturação de diretrizes para atenção e vigilância de populações expostas a contaminantes químicos.

Um dos objetivos dos TAs foi aperfeiçoar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para eliminar e minimizar riscos, prevenir doenças e agravos, buscando uma ação sobre os determinantes do processo saúde-doença, decorrentes dos modelos de desenvolvimento, processos produtivos e exposição ambiental, visando à promoção da saúde da população.

Outro objetivo foi o de concentrar esforços para a redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde e implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora.

O cenário político de 2016 gerou mudanças de gestão no Ministério da Saúde e, conseqüentemente, mudanças de direção no DSAST e coordenações que implicaram a redefinição de responsabilidades e de trabalho. A coordenação geral de Saúde do Trabalhador, por exemplo, ficou sem a indicação de um novo coordenador durante o ano de 2016. No entanto, a equipe técnica deu seguimento às atividades do TC e as previstas nos PTSs.

3.2 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS.

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvisa) e análise de situação em saúde ambiental fortalecidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº notificações de intoxicações exógenas no Sinan (base anual). • Nº áreas com populações expostas a contaminantes químicos (base anual). • Percentual de municípios com informação do Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano (Sisagua). • Percentual dos estados com comitês estaduais de saúde em sistemas de desastres instituídos ou tema Saúde em desastres inserido em Comitê Estadual de Saúde já existente (base anual). • Percentual de municípios com aplicação do Instrumento de identificação de municípios de risco à poluição atmosférica – IIMR. • Nº de estudos de situação em saúde ambiental publicados (base anual). 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		11
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		11

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
RE 1 – As ações programadas no PTS referente aos TAs 1 e 2, tiveram por objetivo o fortalecimento do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvisa) assim como também uma melhor análise de situação em saúde ambiental, destacando-se o fortalecimento de Sistemas de informações vinculados à água, estudos e elaboração de relatórios executivos referentes à comunicação de risco da população exposta a contaminantes químicos em parceria com universidades e ações para a qualificação das ações de vigilância de populações expostas a agrotóxicos. Além de reuniões técnicas, oficinas, cursos relacionados ao Sisagua, inspeção sanitária em abastecimento de água para consumo humano e validação dos métodos inerentes ao Plano de Segurança da Água.
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
- Com relação à água para consumo humano, foram realizadas oficinas estaduais cujos resultados irão subsidiar a atuação das autoridades de saúde pública dos estados e municípios. Dentre os objetivos das oficinas destacam-se: conhecer a fase de implementação do Sisagua; propor novos relatórios com vistas a aprimorar o formato das informações e propiciar sua utilização na tomada de decisões.
 - Fortalecimento do Vigiagua para ser executado de forma rápida e segura propiciando melhor controle da qualidade da água pra consumo humano seguro. A cooperação técnica tem somado esforços no intuito de trabalhar com populações expostas a agrotóxicos, desenvolvendo procedimentos de vigilância epidemiológica das doenças e agravos à saúde associados a contaminantes ambientais, incluindo a exposição a amianto, mercúrio e chumbo.
 - A comunicação de risco à população exposta a mercúrio, residente nos arredores do Lago do Puruzinho foi elaborada durante o semestre, em parceria com a equipe da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Essa estratégia consistiu de preparação de um relatório executivo do estudo realizado na região, laudos individuais e confidenciais de contaminação por mercúrio de cada um dos indivíduos estudados, reunião com os gestores e profissionais de saúde da região e reunião com as lideranças de representação da população exposta. Essa ação é prioritária dentro da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Mercúrio, uma vez que subsidia a elaboração do Protocolo Clínico para Exposição e Intoxicação por Mercúrio.
 - Reunião Técnica para Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos com o intuito de prover a discussão sobre os avanços e desafios vivenciados pelas

Secretarias Estaduais de Saúde, e de definição conjunta de prioridades e cronograma de ações. Temas discutidos: relatório Nacional de VSPEA, Diretrizes Nacionais de VSPEA, temas emergentes – pulverização aérea de agrotóxicos para controle de vetores de doenças e a mudança proposta pelo Congresso Nacional na lei de agrotóxicos, por meio do PL 3.200/2015.

Principais produtos desenvolvidos:

- Documento técnico contendo o levantamento de informações sobre intoxicações exógenas por agrotóxico segundo Raça/Cor no Brasil em 2013.
- Documento técnico contendo a comparação do perfil das populações dos municípios prioritários para a Vigilância de Populações Expostas a Contaminantes Químicos e os municípios não prioritários do Paraná para as intoxicações por agrotóxicos (agrícola, doméstico, raticida e produtos veterinários) de 2014, com base no Sinan).
- Documento técnico contendo análise da implantação da VSA nas Regiões Norte e Centro-Oeste; – Revisão da literatura, avaliação, sínteses e graduação da qualidade da evidência sobre diagnóstico classificação de gravidade do paciente intoxicado por agrotóxico com o uso da metodologia e critérios definidos em conjunto com grupo elaboração das Diretrizes de agrotóxicos.
- Documento técnico com revisão sistemática da literatura, sobre o comportamento e prevenção das exposições a agrotóxicos, considerando critérios definidos junto ao grupo elaborador das diretrizes de agrotóxicos.
- Documento técnico contendo descrição do comportamento das intoxicações por agrotóxicos associados a circunstancia de exposição tentativa de suicídio.
- Documento técnico contendo busca na literatura de guias de prática clínica sobre intoxicação por agrotóxicos.

O apoio ao desenvolvimento do mapeamento de riscos naturais e tecnológicos no Brasil foi realizado por meio da elaboração do plano multirrisco para estabelecimento de estratégias para o fortalecimento da atuação do SUS em situações de emergências em saúde pública associadas aos riscos de desastres de origem natural e antropogênicos por acidentes com produtos químicos perigosos e radiológicos nucleares.

d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**

As dificuldades na execução das atividades planejadas ficaram por conta dos prazos de envio dos documentos haja vista as mudanças institucionais por que o País passou, causando atrasos nas aprovações e assinaturas dos documentos a serem encaminhados para a OPAS.

Outra dificuldade foi compatibilizar as agendas do Departamento com as agendas dos Estados e Municípios, além de ter sido um ano atípico com as Olimpíadas e Paralimpíadas. Foi necessário realização, no período de fevereiro a julho/16, de diversas reuniões e produtos relacionados a Vigilância da qualidade da água para consumo humano e para recreação no período de realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Tal atividade contou com apoio técnico do ETRAS/OPAS/OMS e foi realizada em articulação com órgãos estadual e municipal do Meio Ambiente.

e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**

- Todas as ações programadas foram elaboradas de forma de termos ao final da Cooperação Técnica o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvs) e a análise de situação em saúde ambiental fortalecidas. As ações desenvolvidas ao longo do 1º semestre têm contribuído muito nesse sentido, porém temos de enxergar esse trabalho como um processo e que aos poucos vamos vendo resultados positivos como o controle da qualidade da Água para consumo humano com o desenvolvimento e execução do sistema do Vigiagua, assim como os trabalhos desenvolvidos no conhecimento e controle das populações expostas a contaminantes químicos. Análises de situação também vêm sendo trabalhada em conjunto com as outras áreas do Departamento, com cruzamento de dados tem havido também um investimento em atividades de treinamentos em Geoprocessamento, e no sistema do Vigiagua, de forma de termos as informações ao tempo e a hora para análises e assessoramento se for o caso.
- Nº notificações de intoxicações exógenas no Sinan (base anual).
- Nº áreas com populações expostas a contaminantes químicos (base anual).
- Percentual de municípios com informação do Sistema de Vigilância da qualidade da água para consumo.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	Política Nacional de Saúde do trabalhador e análise de Situação de Saúde do trabalhador fortalecida.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº Cerests desenvolvendo ações programadas de Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT. • Percentual de municípios com população acima de 50 mil habitantes com instância de coordenação de saúde do trabalhador estabelecida (base anual). • Nº de estudos de situação em saúde do trabalhador publicados (base anual). • Nº de notificações compulsórias dos agravos relacionados ao trabalho (base anual) 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		5

a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).

b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**

RE 2 – A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – PNSTT foi apresentada e debatida em diversas oportunidades junto a diferentes Estados, onde foi possível discutir os indicadores do Renast e o tema dos agrotóxicos. As ações desenvolvidas também envolveram a discussão e acompanhamento do VISAT junto a Estados e Municípios, formações/capacitações, participação em reuniões com movimentos sociais, seminários e eventos internacionais, realização de reuniões e visitas técnicas e oficinas.

c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**

Destacam-se as seguintes ações:

- Discussão e acompanhamento das ações de VISAT no estado de Alagoas; participação no XIII Fórum Internacional em Saúde fazendo a apresentação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – PNSTT e na 1ª Reunião do Comitê Gestor do Acordo de Cooperação nº 2 entre Ministério da Saúde e CONTAG, com discussão das ações a serem desenvolvidas para a implementação da PNSTT e da política nacional de saúde para população do campo, floresta e águas. Contribuição para o alinhamento das agendas de saúde do trabalhador em conjunto com o controle social, visando a implementação da PNSTT, na 3ª Reunião do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora; participação no Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais com apresentação de experiências exitosas em Saúde do Trabalhador na Renast; Encontro estadual de devolução das deliberações da 4ª Conferência estadual de Saúde do trabalhador e da trabalhadora do estado de SP e visita técnica de monitoramento aos CRESTS da capital – São Paulo; oficina para elaboração do caderno de atenção básica – saúde do trabalhador; acompanhamento da gestão da RENAS; 2ª reunião do Grupo de trabalho do Projeto de articulação e Qualificação da atuação do Controle Social na Política Nacional de Saúde do trabalhador e da trabalhadora; Oficina de Trabalho – Aspectos conceituais, estratégias e potencialidades para o cuidado à Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde; entre outras.

A área de ST contou também com o apoio técnico da OPAS/OMS com a participação da assessora regional para o tema de saúde ocupacional em uma oficina de trabalho para discutir o Plano de ação da OPAS/OMS 2014/2019, o panorama da Renast, dos CERESTS e o desafio de colocar a ST na atenção básica. Foram também discutidas as possibilidades de apoio da OPAS ao tema de ST e a colaboração da Fiocruz como CC.

- d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**

As dificuldades na execução das atividades planejadas ficaram por conta dos prazos de envio dos documentos haja vista as mudanças institucionais por que o País passou, causando atrasos nas aprovações e assinaturas dos documentos a serem encaminhados para a OPAS.

- e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**

As atividades desenvolvidas vêm permitindo a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador. A cooperação técnica tem permitido avançar na redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde do trabalhador. Os seminários, reuniões técnicas e monitoramento aos CERESTs são importantes para a ciência em relação à execução de tarefas cotidianas dos trabalhadores.

Um dos aspectos importantes do trabalho em 2016 foi de formular as diretrizes para o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) pelas estratégia de atenção básica e saúde da família eAB/eSF com o propósito de contribuir para que essas assumam o cuidado à saúde dos trabalhadores sob sua responsabilidade, considerando sua inserção no processo produtivo.

As diretrizes da VSAST têm referência no processo de trabalho das equipes da Atenção Básica, a partir do qual se procurou identificar atividades que possam incorporar ou facilitar as ações de VISAT.

Além disso, essas diretrizes estão em sintonia com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT).

Nº CERESTS desenvolvendo ações programadas de Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT.

Percentual de municípios com população acima de 50 mil habitantes com instância de coordenação de saúde do trabalhador estabelecida.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Gestão do conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST) desenvolvidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de eventos técnico-científicos realizados (base anual). • Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual). 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		5

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**

Completo (100%).

- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**

RE 3 – Na 1ª Reunião de Construção do Painel de Informações Estratégicas sobre Clima foi possível apresentar as iniciativas já realizadas no âmbito do SUS e do MMA que podem subsidiar os debates para o desenvolvimento do Painel de Informações Estratégicas de Clima, Ambiente e Saúde do Ministério da Saúde. Em diversas reuniões virtuais com ETRAS/OPAS foram avaliadas e detalhadas

as recomendações sobre Qualidade da água para consumo humano e de recreação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016 a serem realizados no segundo semestre de 2016. Também foi preparado o projeto com a UT/FGL e Fiocruz para discutir possibilidades de monitoramento ambiental do poliovírus. Foram realizadas também reuniões de trabalho para elaboração de proposta para trabalho para monitoramento dos indicadores de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador propostos para os ODS 3, 6, 8 e 11.

c) Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:

RE 3 – 1ª Reunião de Construção do Painel de Informações Estratégicas sobre Clima, Ambiente e Saúde e implementação do projeto de indicadores de vulnerabilidade climática.

- Reuniões para discussão das Guias da OMS sobre efeitos à saúde relacionados à contaminação atmosférica.
- Acompanhamento da CA BR/LOA/1500025 sobre Implantação de Curso de Capacitação em Vigilância da qualidade da água para o consumo humano.
- Acompanhamento da CA BR/LOA/1500043 sobre Avaliação de risco e conscientização do Câncer ocupacional em trabalhadores na região de Barretos Acompanhamento da CA SCON2016-02716 sobre Avaliação Ecofisiológica da Concentração de Cianotoxinas (Microcistinas, Saxitoxinas e Cilindropermopsina) por Células de Cianobactérias.
- Organização do grupo de trabalho para preparação do plano setorial da saúde para a eliminação do uso do mercúrio visando à implementação da convenção de Minamata.
- Análise da variação do regime de precipitação e seus impactos epidemiológicos no semiárido nordestino nos anos de 2010 a 2015.
- Levantamento de dados dos últimos cinco anos sobre morbidade por asma na Região Norte do Brasil, com efeitos da poluição atmosférica.
- Análise dos resultados do Inventário Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, realizado em 2015 B114RE4.

d) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:

Não houve dificuldades identificadas para a execução das ações programadas para o RE 3.

e) Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

- Com a realização da primeira reunião do grupo responsável pelo Painel de Informações Estratégicas sobre Clima, Ambiente e Saúde, o Ministério da Saúde segue participando e apoiando pesquisas para o desenvolvimento de indicadores de vulnerabilidade climática que serão apresentados no futuro e terão a perspectiva de orientar as ações e políticas do governo.
- Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
- Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
- Nº de eventos técnico-científicos realizados (base anual).
- Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual).

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador fortalecida.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de atividades de cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de publicações para cooperação Sul-Sul publicadas (base anual). 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. 	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		1

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
RE 4 – Com relação à Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador a programação de atividades visou o apoio para participação de técnicos do DSAST e de países da região em eventos de capacitação relacionados a qualidade da água para consumo humano com a apresentação da experiência brasileira sobre o Vigiagua e normas e padrões de potabilidade da água para consumo humano.
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
As atividades de Cooperação Sul-Sul foram viabilizadas por meio da participação da assessora regional em saúde ocupacional de SDE/OPAS/OMS em eventos em Brasília, São Paulo e Foz do Iguaçu e da assessora em epidemiologia ambiental de SDE/OPAS/OMS em São Paulo para discussão do tema de poluição do ar e seus efeitos na saúde da população. A partir da visita da assessora regional foram realizadas teleconferências com a Bolívia e Colômbia visando a cooperação do Brasil nas áreas de vigilância em saúde ambiental.
- d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**
Não foram identificadas dificuldades para a realização das ações programadas no RE 4.
- e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**
- As atividades de Cooperação Sul-Sul tiveram como destaque os temas de saúde ocupacional, de poluição do ar e seus efeitos na saúde da população e responsabilidades do setor saúde na gestão de substâncias químicas.
 - Nº de atividades de Cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
 - Nº de publicações para cooperação Sul-Sul publicadas (base anual).

3.3 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O Termo de Cooperação 69 é de vital importância para apoio e continuidade na formulação de políticas e ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador de forma a eliminar e minimizar riscos, prevenir doenças e agravos, intervindo nos determinantes do processo saúde-doença decorrentes dos modelos de desenvolvimento, dos processos produtivos e da exposição ambiental, visando à promoção da saúde da população. O respectivo TC, contribui para o alcance dos objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico da OPAS 2014-2019, nos temas de qualidade da água, efeitos na saúde relacionados a contaminação do ar, ao papel do setor saúde na gestão internacional dos produtos químicos e preparação para situação de emergências e desastres. Além disso as atividades relacionadas ao TC 69 apoiaram o país na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Quanto às prioridades de governo, o TC 69 contribui com:

- Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, incluindo a Vigilância em Saúde Ambiental e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que se somam às medidas de prevenção e controle dos fatores de risco e no conhecimento e detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com o intuito de prover ações de prevenção e controle.
- Metas: Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.
- Ampliar de 26,79 para 26,90 milhões o número domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades hidrossanitárias.

Quanto ao Plano Estratégico Regional, o TC 69 contribui com:

- RIT: 3.5 Redução das ameaças ambientais e ocupacionais à saúde.
- RIM: 3.5.1 Países aptos a avaliar os riscos para a saúde e elaborar e implementar políticas, estratégias e regulamentações para a prevenção, mitigação e gestão do impacto dos riscos ambientais sobre a saúde.

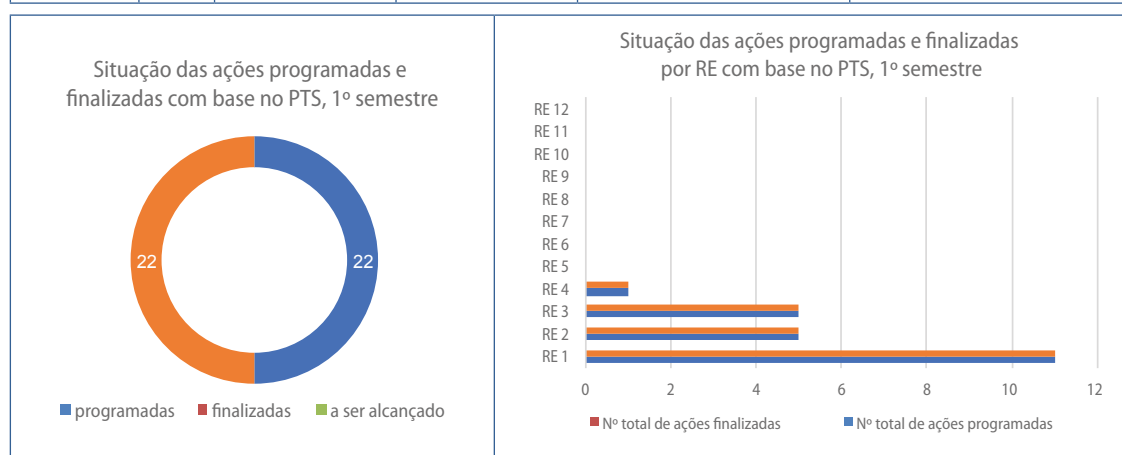
- RIM 3.5.3 Países aptos a elaborar e implementar políticas, legislação, planos e programas nacionais de saúde dos trabalhadores.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

Embora o cenário político em 2016 tenha reduzido e ou dificultado o desenvolvimento das atividades programadas em 2016 o relacionamento estratégico existente entre a OPAS/OMS e a SVS/MS proporcionou o espaço e cenário adequados para o desenvolvimento da cooperação técnica prevista com o TC 69.

3.5 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

	RE	Nº total de ações programadas	Nº total de ações finalizadas	% total das ações finalizadas/programadas	Estado de avanços das ações por RE no período
1º semestre	1	11	11	100,0	completo (100%)
	2	5	5	100,0	completo (100%)
	3	5	5	100,0	completo (100%)
	4	1	1	100,0	completo (100%)
Total	4	22	22	100,0	completo (100%)



3.6 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados: US\$	10,597,496.70	<p>Execução Financeira do TC no período</p>
Recursos desembolsados: US\$	5,067,153.69	
Pendente de pagamento: US\$	364,839.16	
Saldo: US\$	5,165,503.85	
Data	30/06/2016	

4. 2º SEMESTRE 2016

4.1 INTRODUÇÃO

A Portaria MS nº 1.378, de 9 de julho de 2013, regulamentou as responsabilidades e definiu as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária).^a Vigilância em Saúde constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

O Decreto nº 6.860, de 27 de maio de 2009, oficializou estrutura regimental do Ministério da Saúde, consolidando o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

Conforme disposto pelo Art. 45 do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, compete ao Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador:

- I. Gerir o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, incluindo ambiente de trabalho.
- II. Coordenar a implementação da política e o acompanhamento das ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.
- III. Propor e desenvolver metodologias e instrumentos de análise e comunicação de risco em vigilância ambiental.
- IV. Planejar, coordenar e avaliar o processo de acompanhamento e supervisão das ações de vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; e.
- V. Gerenciar o Sistema de Informação da Vigilância Ambiental em Saúde.

Em consonância com os objetivos da VSA e considerando a implementação do DSAST, a CGVAM conta com as seguintes áreas técnicas: Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua), Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes Químicos (Vigipeq), Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos decorrentes de Desastres (Vigidesastres), conta ainda com a área de Análise de Situação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (Asisast), que perpassa as atividades do Departamento. Dentre os desafios e compromissos assumidos para a área de Vigilância em Saúde Ambiental, desataca-se a sua estruturação nos níveis de gestão do SUS, a descentralização das ações para os estados e municípios, o fortalecimento da rede de resposta às emergências de saúde pública associadas aos desastres, acesso às informações ambientais com ênfase em dados climáticos e de poluição da água, ar e solo, para análise de situação de saúde, discussão intersetorial de impacto na saúde decorrente de grandes empreendimentos e a estruturação de diretrizes para atenção e vigilância de populações expostas a contaminantes químicos.

Um dos objetivos dos TAs foi aperfeiçoar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para eliminar e minimizar riscos, prevenir doenças e agravos, buscando uma ação sobre os determinantes do processo saúde-doença, decorrentes dos modelos de desenvolvimento, processos produtivos e exposição ambiental, visando à promoção da saúde da população.

Outro objetivo foi o de concentrar esforços para a redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde e implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora.

Durante o segundo semestre não houve uma indicação oficial para a direção do departamento, e as mudanças realizadas durante o 1º semestre continuaram tendo implicações na redefinição de responsabilidades e trabalho. Também foi necessária a realização, no período de agosto a outubro/16, de diversas reuniões e produtos relacionados a Vigilância da qualidade da água para consumo humano e para recreação no período de realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Tal atividade contou com apoio técnico do ETRAS/OPAS/OMS e foi realizada em articulação com órgãos estadual e municipal do Meio Ambiente.

4.2 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvisa) e análise de situação em saúde ambiental fortalecidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº notificações de intoxicações exógenas no Sinan (base anual). • Nº áreas com populações expostas a contaminantes químicos (base anual). • Percentual de municípios com informação do Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano (Sisagua). • Percentual dos estados com comitês estaduais de saúde em sistemas de desastres instituídos ou tema Saúde em desastres inserido em Comitê Estadual de Saúde já existente (base anual). • Percentual de municípios com aplicação do Instrumento de identificação de municípios de risco à poluição atmosférica – IIMR. • Nº de estudos de situação em saúde ambiental publicados (base anual). 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		11
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		11

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
As ações programadas no PTS, tiveram por objetivo o fortalecimento do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvisa) assim como também uma melhor análise de situação em saúde Ambiental, com ações específicas direcionadas para a Vigilância de Populações Expostas à Contaminação Química (Vigipeq), Vigilância da água (Vigiagua) e Vigilância aos Desastres (Vigidesastres).
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
Considerando a importância da intensificação da vigilância da qualidade da água para consumo humano reconhecemos que a CA BR/LOA/1500025.001 desenvolvida com a Sociedade Visconde de São Leopoldo/Universidade Católica de Santos/SP preparou material para elaboração e implantação de curso de capacitação em Vigilância da Qualidade da Água para consumo humano (nível médio e nível superior) visando atender profissionais e gestores do SUS, tanto de nível médio como superior. Ficou definido pela CGVAM/DSAT/SVS a realização da capacitação para profissionais de nível médio.

O curso é composto por 8 módulos sobre fundamentos conceituais, técnicos e legais sobre o Vigiagua, boas práticas no abastecimento de água e inspeção sanitária, epidemiologia ambiental, responsabilidades do setor saúde, interpretação de dados e sistemas de informação, medidas a serem adotadas em situação de riscos e emergência Segundo informações da Instituição participaram do curso 56 funcionários públicos do Programa Vigiagua de todo o Brasil.

Principais produtos elaborados:

1. Proposição de ações de adaptação à mudança do clima a serem implementadas em seu âmbito da Vigilância em Saúde, observando as diretrizes do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.
2. Análise das metas estabelecidas no Colegiado da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), incluídas no e-Car relativo à Coordenação Geral Saúde do Trabalhador (CGST) referente segundo quadrimestre de 2016.
3. Documento sobre a poluição do ar interior e seus impactos na saúde humana.

4. Proposta de plano de contingência para atuação da vigilância em saúde de populações expostas à poluição atmosférica para situações decorrentes de queima de biomassa e Orientações à população.
5. Mapa de Risco para população e frota veicular para a Região Sudeste entre 2013 a 2014 e Metodologia de análise para a classificação de risco representada por mapas para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas à Poluição Atmosférica.
6. Sistematização da informação dos bancos de dados nacionais sobre os desastres de origem natural em escala municipal para os anos de 1995 a 2015.
7. Levantamento de informações sobre a mortalidade por suicídio nos municípios produtores e não produtores de fumo no período de 2000 a 2015 e sobre intoxicações exógenas por agrotóxicos segundo Tentativas de Suicídio no Brasil para os anos de 2014 e 2015.
8. Avaliação das ações de vigilância em saúde ambiental dos riscos associados aos desastres desenvolvidas em 2016 e propostas de ações prioritárias para 2017.
9. Proposta de Protocolo de epidemiologia em desastres como subsídio para atuação do Sistema Único de Saúde em emergência em saúde pública por inundação.
10. Proposta de Protocolo de saúde mental como subsídio para atuação do Sistema Único de Saúde em emergência em saúde pública por inundação e seca e estiagem.
11. Descrição do perfil de intoxicações exógenas por agrotóxicos (agrícola, doméstico, raticida e produto veterinário), no Brasil, no período de 2007-2016, no Sinan.
12. Levantamento dos principais agrotóxicos, utilizados na tentativa de suicídio no ano de 2014, com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).
13. Perfil das intoxicações por agrotóxico (agrícola, doméstico, raticida e produto veterinário), dos trabalhadores agrícolas no período de 2007-2014, Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).
14. Avaliação das recomendações geradas em consenso para a diretriz diagnóstica e terapêutica da intoxicação por agrotóxicos.
15. Proposta de recomendações clínicas para a abordagem da intoxicação por glifosato, paraquat, herbicidas, 2,4-D a partir de revisão sistemática da literatura.
16. Orientações às Secretarias Estaduais de Saúde para Vigilância da Pulverização Aérea no Brasil.
17. Análise das interfaces entre a ingestão de agrotóxicos e os casos de violência no Brasil.

d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**

As dificuldades na execução das atividades planejadas foram semelhantes às do primeiro semestre, a saber: atrasos nas aprovações e assinaturas dos documentos a serem encaminhados à OPAS, em decorrência das mudanças institucionais por que o País passou e a compatibilização das agendas do Departamento com as agendas dos Estados e Municípios, além de ter sido um ano atípico com as Olimpíadas e Paralimpíadas.

e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**

Todas as ações programadas estão alinhadas ao resultado de fortalecimento do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvs) e da análise de situação em saúde ambiental. As ações desenvolvidas ao longo do 2º semestre contribuíram para essa finalidade. É necessário avançar nos temas de controle da qualidade da água para consumo humano com o desenvolvimento e execução do sistema do Vigiagua, assim como os trabalhos desenvolvidos no conhecimento e controle das populações expostas a contaminantes químicos. Análises de situação também vêm sendo trabalhadas em conjunto com as outras áreas do Departamento. As atividades de treinamentos em geoprocessamento e no sistema do Vigiagua devem continuar de forma a oferecer informações oportunas para a tomada de decisão.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	Política Nacional de Saúde do trabalhador e análise de Situação de Saúde do trabalhador fortalecida.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº Cerests desenvolvendo ações programadas de Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT. • Percentual de municípios com população acima de 50 mil habitantes com instância de coordenação de saúde do trabalhador estabelecida (base anual). • Nº de estudos de situação em saúde do trabalhador publicados (base anual). • Nº de notificações compulsórias dos agravos relacionados ao trabalho (base anual) 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		5

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
Durante o período, foram realizadas visitas técnicas aos Cerests Regionais, Estaduais e Municipais (incluindo zona rural) e reuniões para o acompanhamento de ações de saúde do trabalhador; vigilância, planejamento; notificações no Sinan, financiamento.
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
- Elaboração do 1º Curso em atenção Integral à Saúde Mental dos trabalhadores.
 - Participação em curso de MULTIPLICADORES DE VISAT.
 - 4ª reunião do Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
 - Visitas técnicas e monitoramento junto aos Cerest Regionais, Estaduais e Municipais.
- d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**
As dificuldades na execução das atividades planejadas foram devido a mudanças institucionais por que o País passou, causando atrasos nas aprovações e assinaturas de documentos.

Outra dificuldade foi compatibilizar as agendas do Departamento com as agendas dos Estados e Municípios.
- e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**
As atividades desenvolvidas vêm permitindo a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A cooperação técnica tem permitido avançar na redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde do trabalhador. As visitas, reuniões técnicas e o monitoramento aos Cerests são importantes para a ciência em relação à execução de tarefas cotidianas dos trabalhadores.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Gestão do conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST) desenvolvidas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de eventos técnico-científicos realizados (base anual). • Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual).
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	3

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
As ações programadas no PTS tiveram por objetivo o fortalecimento do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (Sinvs) assim como também uma melhor análise de situação em saúde Ambiental e da resposta do setor saúde às situações de emergência e desastres. Durante o período foram desenvolvidas oficinas e reuniões com o intuito de apoiar a elaboração dos Planos de Preparação e resposta do setor Saúde aos Desastres e emergências e à Vigilância de Populações Expostas a Contaminantes Químicos, com o objetivo de apresentar e discutir evidências clínicas para a abordagem de pacientes.
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
- Vigidesastres
- Realização da 5ª Oficina de Elaboração de Planos de Preparação e resposta aos Desastres em Saúde: realizada em parceria entre a Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CG-VAM/DSAST/SVS/MS), o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes), da Fiocruz, e a Secretaria de Estado da Saúde da Bahia (SES/BA). O evento oportunizou a identificação de lacunas para o desenvolvimento da resposta às emergências e desastres, bem como demonstrou experiências exitosas realizadas por alguns Estados.
- Vigipeq
- Reunião do Grupo elaborador das diretrizes diagnósticas e terapêuticas para intoxicações por agrotóxicos: ocorreu nos dias 27 e 28 de setembro de 2016, em Brasília. Teve como objetivo apresentar as evidências clínicas identificadas na literatura para Abordagem Geral do Paciente Intoxicado por Agrotóxicos pelo grupo de buscadores, com o intuito de construir as recomendações clínicas com base nas evidências encontradas.
- d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**
A reunião para apresentação e discussão dos resultados da pesquisa de elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas para Vigilância em Saúde de populações Expostas ao Mercúrio precisou ser adiada para o primeiro semestre de 2017 a pedido da equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que conduzem a referida pesquisa.

Para a realização das demais ações programadas, não foram identificadas dificuldades.

- e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**
- Na 5ª Oficina de Elaboração de Planos de Preparação e resposta aos Desastres em Saúde foi possível identificar e sensibilizar os participantes com relação a necessidade de fortalecer a resposta às emergências e desastres em nível local. Esse trabalho deve ser feito por meio da difusão do conhecimento sobre o tema. Os produtos e cartas acordos realizados ao longo do ano oferecem a oportunidade de fortalecer a capacidade dos estados e municípios nos temas do Vigiagua, Vigipeq e Vigidesastres com a realização de propostas de capacitação em inspeção sanitária para vigilância da qualidade da água para consumo humano, curso básico para o Vigiagua, revisão do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano elaborado em 2005 e de metodologia para monitoramento das diretrizes de implementação da vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos.
 - Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
 - Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
 - Nº de eventos técnico-científicos realizados (base anual).
 - Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual).

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador fortalecida.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de atividades de cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). • Nº de publicações para cooperação Sul-Sul publicadas (base anual). 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	• Não se aplica.	
Ação(ões) programadas e finalizadas para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		1

- a) **Informar o estado geral das ações programadas e finalizadas por resultado esperado para o período com base no PTS:**
Completo (100%).
- b) **Comentar sobre a execução das ações programadas no plano de trabalho semestral:**
RE 4 – Com relação à Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador a programação de atividades visou o apoio para participação de técnicos do DSAST e de países da região em eventos relacionados a Qualidade da água para consumo humano e Vigilância de Desastres.
- c) **Destacar as principais ações que contribuíram para execução do plano de trabalho semestral:**
- Apresentação da experiência brasileira sobre o Vigiagua no Congresso da aids em Cartagena/Colômbia.
 - Participação de colaboradores internacionais no Seminário Nacional sobre o Vigidesastres.
- d) **Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes:**
Não foram identificadas dificuldades para a realização das ações programadas.
- e) **Comentar a relação das ações programadas e finalizadas no período com base no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**
- As ações desenvolvidas durante o semestre estão em consonância com os indicadores e metas propostas no TC 69.
 - Nº de atividades de cooperação Sul-Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual).
 - Nº de publicações para cooperação Sul-Sul publicadas (base anual).

4.3 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

As atividades desenvolvidas no segundo PTS do Termo de Cooperação 69 reforçam o apoio e continuidade na formulação de políticas e ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

O respectivo TC reforça também alcance dos objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico da OPAS 2014-2019, nos temas de qualidade da água, efeitos na saúde relacionados a contaminação do ar, papel do setor saúde na gestão internacional dos produtos químicos e preparação para situação de emergências e desastres.

Além disso as atividades relacionadas ao TC 69 subsidiam a avaliação do impacto dos ODS na saúde da população, bem como para a contribuição do setor saúde nos diferentes ODS a exemplo do ODS 6 (água e saneamento) e 11 (cidades sustentáveis) fortalecendo a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Quanto às prioridades de governo, o TC 69 contribui com:

- Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, incluindo a Vigilância em Saúde Ambiental e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que se somam às medidas de prevenção e controle dos fatores de risco e no conhecimento e detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com o intuito de prover ações de prevenção e controle.
- Metas: Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.
- Ampliar de 26,79 para 26,90 milhões o número domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades hidrossanitárias.

Quanto ao Plano Estratégico Regional, o TC 69 contribui com:

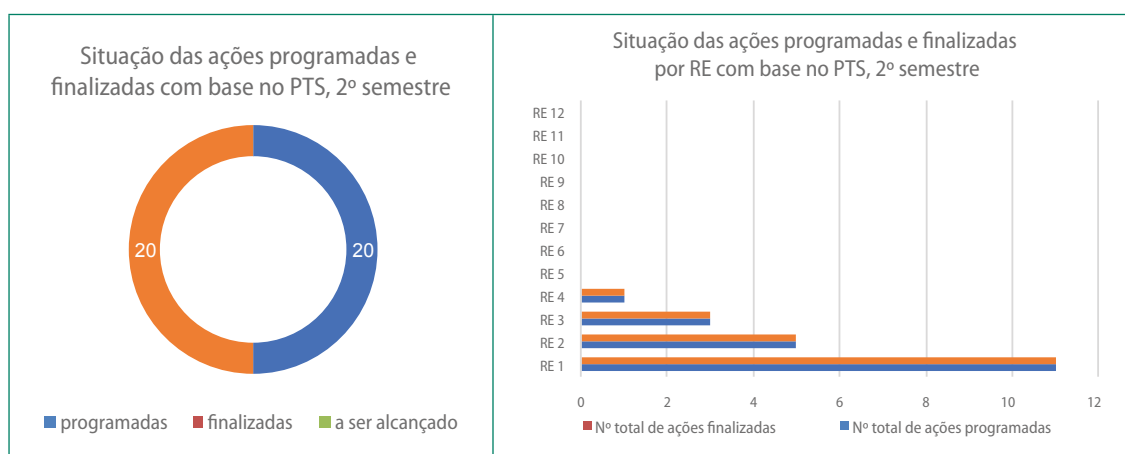
- RIT: 3.5 Redução das ameaças ambientais e ocupacionais à saúde.
- RIM: 3.5.1 Países aptos a avaliar os riscos para a saúde e elaborar e implementar políticas, estratégias e regulamentações para a prevenção, mitigação e gestão do impacto dos riscos ambientais sobre a saúde.
- RIM 3.5.3 Países aptos a elaborar e implementar políticas, legislação, planos e programas nacionais de saúde dos trabalhadores.

4.4 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

Embora o cenário político em 2016 tenha reduzido e ou dificultado o desenvolvimento das atividades programadas em 2016 o relacionamento estratégico existente entre a OPAS/OMS e a SVS/MS proporcionou espaço e cenário adequados para o desenvolvimento da cooperação técnica prevista com o TC 69. Um dos pontos de destaque foi a importância de trabalhar mais o apoio aos processos de desenvolvimento e aplicação de metodologias para “Avaliação de Impacto em Saúde – AIS no SUS”. Importante também foi a Identificação de situações de risco de exposição humana à poluição atmosférica e das estratégias para aplicação de instrumentos que permitam a busca de evidências sobre os efeitos na saúde relacionados a contaminação do ar como uma forma de capacitar o Ministério da Saúde para participar em 2017 da revisão pelo CONAMA, dos padrões de emissões atmosféricas. Outro aspecto importante é a responsabilidade do setor saúde na revisão da Portaria 2.914 sobre os padrões de qualidade da água para consumo humano que tem sua revisão programada para 2017. Nesse sentido, destaca-se a estratégia desenvolvida pela OPAS/OMS para os planos de segurança da água (PSA) e plano de segurança de Saneamento.

4.5 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

	RE	Nº total de ações programadas	Nº total de ações finalizadas	% total das ações finalizadas/programadas	Estado de avanços das ações por RE no período
2º semestre	1	11	11	100,0	completo (100%)
	2	5	5	100,0	completo (100%)
	3	3	3	100,0	completo (100%)
	4	1	1	100,0	completo (100%)
Total	4	20	20	100,0	completo (100%)



4.6 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados: US\$	10,597,496.70	<p>Execução Financeira do TC no período</p>
Recursos desembolsados: US\$	5,067,153.69	
Pendente de pagamento: US\$	736,143.23	
Saldo: US\$	4,150,327.65	
Data	31/12/2016	

5. RESUMO ANUAL

5.1 MATRIZ LÓGICA

- 1) Situação do projeto/Matriz Lógica no ano:
- 1º semestre (sem alteração).
 - 2º semestre (sem alteração).

5.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base no plano de trabalho semestral)

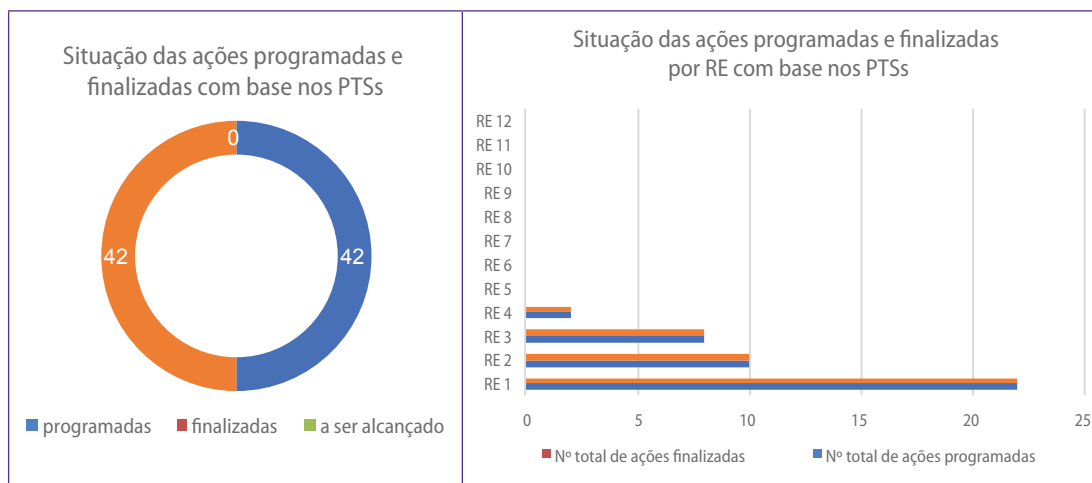
- 1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTS:

AVALIAÇÃO GERAL DAS AÇÕES PROGRAMADAS NO ANO			
Situação do projeto /Matriz Lógica	1º semestre/2016	2º semestre/2016	Anual
	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração/Sem alteração
Nº total de RE com ações programadas no período	4	4	4/4
Nº total de ações programadas	22	20	42
Nº total de ações finalizadas	22	20	42

Total de ações programadas nos semestres e ano

Período	Nº total de ações programadas	Nº total de ações finalizadas
1º semestre/2016	22	22
2º semestre/2016	20	20
Anual	42	42

	RE	Nº total de ações programadas	Nº total de ações finalizadas	% total das ações finalizadas/programadas	Estado de avanços das ações por RE no período
Anual	1/1	22	22	100,0	completo (100%)
	2/2	10	10	100,0	completo (100%)
	3/3	8	8	100,0	completo (100%)
	4/4	2	2	100,0	completo (100%)
Total	-	42	42	100	completo (100%)



5.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados: US\$	10,597,496.70
Recursos desembolsados: US\$	5,067,153.69
Pendente de pagamento: US\$	736,143.23
Saldo: US\$	4,150,327.65
Data	31/12/2016

Execução Financeira do TC no período

Categoria	Valor (US\$)
Recursos repassados: US\$	10,597,496.70
Recursos desembolsados: US\$	5,067,153.69
Pendente de pagamento: US\$	736,143.23
Saldo: US\$	4,150,327.65